ANEXO I DO EDITAL N.° 18.01/2026 – ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 01

A cultura organizacional compreende elementos compartilhados entre os membros de uma organização e influencia a maneira como o trabalho é compreendido e realizado. Na Administração Pública, as práticas adotadas no cotidiano organizacional também se relacionam com os princípios que orientam a atuação administrativa.
Com base nos seus conhecimentos sobre cultura organizacional e princípios da Administração Pública, elabore uma redação utilizando, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde, obrigatoriamente:
• o conceito de cultura organizacional, seus principais elementos e sua influência sobre o comportamento dos membros da organização;
• o significado dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que orientam a Administração Pública;
• de que maneira valores e práticas compartilhados na cultura organizacional podem levar a formas de atuação compatíveis ou incompatíveis com os princípios da impessoalidade e da eficiência.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

a) Cultura organizacional: conceito, elementos e influência sobre o comportamento
Conceito: conjunto de valores, crenças, normas, hábitos e práticas compartilhados pelos membros de uma organização, que constituem referências comuns no ambiente organizacional.
Principais elementos: valores, crenças, normas, hábitos e práticas compartilhados, expressos nas formas de pensar e agir presentes no cotidiano da organização.
Influência sobre o comportamento: orientação das formas de agir, de se relacionar, de tomar decisões e de realizar o trabalho, contribuindo para a formação e a reprodução de padrões de comportamento entre os membros da organização.
b) Princípios da Administração Pública
Legalidade: atuação da Administração Pública em conformidade com a lei e com o ordenamento jurídico, dentro dos limites por eles estabelecidos.
Impessoalidade: atuação orientada pela finalidade pública e por critérios objetivos, sem favorecimentos ou prejuízos decorrentes de interesses, preferências ou relações pessoais.
Moralidade: atuação de acordo com padrões éticos de honestidade, boa-fé, lealdade e probidade no exercício da função administrativa.
Publicidade: transparência e divulgação dos atos e das informações da Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas no ordenamento jurídico.
Eficiência: realização das atividades administrativas com adequado desempenho, utilização racional dos meios e recursos disponíveis e orientação para o alcance de resultados.
c) Cultura organizacional, impessoalidade e eficiência
Cultura organizacional e impessoalidade: valores e práticas compartilhados podem produzir ou reforçar formas de atuação compatíveis ou incompatíveis com o tratamento impessoal. A adoção de critérios objetivos e do tratamento sem privilégios ou discriminações decorrentes de relações pessoais é compatível com a impessoalidade; a naturalização de favorecimentos, preferências pessoais ou tratamentos diferenciados em razão de vínculos pessoais é incompatível com esse princípio.
Cultura organizacional e eficiência: valores e práticas compartilhados podem produzir ou reforçar formas de organização e execução do trabalho compatíveis ou incompatíveis com a eficiência. Práticas voltadas ao adequado desempenho das atividades, ao uso racional dos meios e recursos e ao alcance de resultados são compatíveis com a eficiência; a naturalização de desperdícios, procedimentos desnecessários, desorganização ou práticas que prejudiquem o desempenho das atividades é incompatível com esse princípio.

CARGO: ARQUITETO

QUESTÃO 01

A fiscalização e o gerenciamento de obras constituem atividades fundamentais para assegurar que a execução de uma edificação ocorra em conformidade com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis, condições contratuais, orçamento e planejamento estabelecidos. Nesse processo, o arquiteto pode atuar no acompanhamento técnico, no controle da execução e na identificação e tratamento de situações que possam comprometer a qualidade, os custos, os prazos e o desempenho da obra.
Com base nisso, considere a seguinte situação hipotética.
Durante a execução de uma obra pública, o arquiteto responsável pela fiscalização identifica serviços executados em desacordo com o projeto e as especificações técnicas, atraso em determinadas etapas do cronograma, utilização de material diferente daquele previsto e necessidade de compatibilização entre projetos de diferentes especialidades. A empresa executora argumenta que algumas alterações são necessárias para evitar novos atrasos e solicita autorização para dar continuidade aos serviços.
Na condição de arquiteto responsável pela fiscalização e acompanhamento técnico da obra, elabore uma redação utilizando, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde, obrigatoriamente:

- **as funções e responsabilidades relacionadas à fiscalização e ao gerenciamento da obra;**
- **os procedimentos necessários diante de serviços, materiais ou soluções executivas em desacordo com os projetos, especificações e demais documentos técnicos;**
- **a importância do acompanhamento e controle de qualidade, custos, prazos e cronograma físico-financeiro;**
- **a necessidade de compatibilização dos projetos e de registro documental das ocorrências, decisões, alterações e providências adotadas durante a execução;**
- **a atuação técnica e ética do arquiteto na tomada de decisões, considerando a qualidade da obra, a segurança, o interesse público e o atendimento às exigências técnicas e contratuais.**

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A fiscalização e o gerenciamento de obras são atividades essenciais para garantir que a execução ocorra de acordo com os projetos, especificações, normas técnicas e condições contratuais estabelecidas. Cabe ao profissional acompanhar os serviços, verificar sua qualidade e conformidade e registrar situações capazes de interferir no resultado da obra, adotando as providências compatíveis com suas atribuições e responsabilidades técnicas.
Ao identificar serviços ou materiais em desacordo com os documentos técnicos, o arquiteto deve verificar a não conformidade, registrá-la formalmente e solicitar sua correção ou substituição quando necessária. Alterações de projeto, materiais ou soluções construtivas não devem ser admitidas apenas para acelerar a execução, devendo ser previamente analisadas quanto à viabilidade técnica, desempenho, segurança, custos e impactos sobre os demais projetos, além de formalmente aprovadas pelas instâncias competentes.
O acompanhamento deve abranger também o controle da qualidade dos serviços, dos quantitativos, dos custos e dos prazos, confrontando o avanço físico da obra com o planejamento e o cronograma físico-financeiro. Desvios relevantes devem ser identificados para permitir medidas corretivas e adequado controle da execução.
A compatibilização entre projetos arquitetônico, estrutural e complementares é indispensável para prevenir interferências, retrabalhos e soluções inadequadas. Da mesma forma, ocorrências, orientações, alterações, medições e decisões devem ser devidamente documentadas nos instrumentos apropriados, garantindo rastreabilidade e transparência.
A atuação do arquiteto deve ser fundamentada em critérios técnicos, éticos e legais. Na obra pública, deve ainda observar o interesse coletivo, a adequada aplicação dos recursos e as obrigações contratuais, priorizando segurança, qualidade, desempenho e conformidade da obra em todas as decisões relacionadas à execução.

CARGO: CONTADOR

QUESTÃO 01

A perfeita compreensão e a execução dos estágios da despesa orçamentária são condições indispensáveis para a atuação do contador público, pois asseguram o controle da dotação, a adequada instrução documental das obrigações e o correto reconhecimento patrimonial das variações diminutivas. À luz da Lei Federal nº 4.320/1964 e das diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 11ª Edição), a execução da despesa orçamentária desdobra-se nos estágios clássicos de empenho, liquidação e pagamento, além da fase contábil "em liquidação" introduzida para fins de convergência patrimonial.
Considerando as normas aplicáveis à execução da despesa pública orçamentária, elabore uma redação utilizando, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde, obrigatoriamente, os seguintes aspectos estruturais:

- **Estágio do Empenho: conceito legal (Art. 58 da Lei nº 4.320/1964), modalidades de empenho (ordinário, estimativo e global) e a aplicação da Nota de Empenho como substituta do instrumento contratual nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.**
- **Fase "Em Liquidação" no Plano de Conta Aplicado ao Setor Público (PCASP): conceito, funcionalidade para a apuração do passivo financeiro, prevenção da dupla contagem patrimonial e importância para a convergência às normas internacionais de contabilidade (IPSAS).**
- **Estágios da Liquidação e do Pagamento: requisitos do direito adquirido do credor na liquidação (Art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964) e definição da ordem de pagamento (Art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964).**

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Introdução
A execução da despesa orçamentária constitui o processo pelo qual o ente público utiliza os créditos orçamentários autorizados para a realização de políticas públicas. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 11ª Edição) e a Lei Federal nº 4.320/1964 disciplinam os estágios desse fluxo, harmonizando o controle legal-orçamentário ao regime do fato gerador patrimonial.
Desenvolvimento
a) Estágio do Empenho e Modalidades
O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, representando a reserva da dotação orçamentária. Formalizado pela Nota de Empenho, divide-se em três modalidades: ordinário (para despesas de valor fixo pagas de uma só vez); estimativo (para despesas cujo montante exato não se pode determinar previamente, como água, energia e combustíveis); e global (para despesas contratuais sujeitas a parcelamento, como aluguéis). Quando o instrumento de contrato for facultativo, a Lei Federal nº 14.133/2021 admite sua substituição pela Nota de Empenho, assumindo esta o papel do próprio contrato.

b) Fase "Em Liquidação" e Registro no PCASP
A fase "em liquidação" foi incorporada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) na natureza orçamentária para registrar a ocorrência do fato gerador antes da liquidação formal. O procedimento consiste em debitar a conta Crédito Empenhado a Liquidar e creditar Crédito Empenhado em Liquidação. Essa separação impede a dupla contagem no cálculo do passivo financeiro, já que o passivo exigível é reconhecido imediatamente com o fato gerador, permitindo a segregação dos empenhos que já possuem obrigação patrimonial subjacente daqueles que ainda não possuem. Tal mecanismo é fundamental para a convergência às normas internacionais (IPSAS), desvinculando o reconhecimento patrimonial da execução orçamentária.
c) Estágios da Liquidação e do Pagamento
A liquidação apura o direito adquirido do credor mediante verificação de títulos e comprovantes, tendo por objetivo determinar a origem e objeto do pagamento, a importância exata devida e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, fundamentando-se no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da entrega do bem ou serviço. Por fim, o pagamento efetiva a entrega de numerário ao credor por meio de transferência ou cheque nominativo após a liquidação, exigindo o despacho exarado por autoridade competente denominado ordem de pagamento, a qual só pode ser exarada em documentos processados pela contabilidade.
Conclusão
Em suma, a correta observância dos estágios da despesa garante a transparência da execução orçamentária e a fidedignidade do balanço patrimonial, assegurando que o controle de dotações não comprometa a precisão da apuração dos passivos públicos.

REFERÊNCIA
BRASIL. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Art. 58: Conceito legal de empenho de despesa; Art. 63, §§ 1º e 2º: Definição do estágio de liquidação e elementos para verificação do direito adquirido do credor; Art. 64: Definição de ordem de pagamento e exigência de emissão em documentos processados pela contabilidade.
BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Substituição do Contrato por Nota de Empenho: Cabimento da Nota de Empenho como instrumento substitutivo de contrato nos casos facultados por lei.
BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 11. ed. Brasília: STN, 2025. Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO): Item 4.4.2.1 ("Empenho"): Páginas 105–106 — Definição, Nota de Empenho, modalidades (ordinário, estimativo e global) e intersecção com a Lei nº 14.133/2021. Item 4.4.2.2 ("Em Liquidação"): Páginas 106–107 — Conceito, lançamentos no PCASP na natureza de informação orçamentária, cálculo do passivo financeiro, prevenção da dupla contagem e alinhamento às IPSAS. Item 4.4.2.3 ("Liquidação"): Página 107 — Fundamentos legais e documentação comprobatória da liquidação. Item 4.4.2.4 ("Pagamento"): Página 107 — Mecanismos de entrega de numerário e ordem de pagamento.

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

QUESTÃO 01

A prefeitura de um município deu início ao processo de contratação de empresa para a execução de uma obra de ampliação de uma creche municipal. O engenheiro lotado no setor de obras foi designado para acompanhar o certame e, ao analisar o edital, verificou que a forma pela qual os licitantes apresentariam suas propostas não estava definida conforme a legislação de licitações e contratos administrativos.
Com base nessa situação e utilizando, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, elabore uma redação que aborde, obrigatoriamente:

• qual é a lei que estabelece as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública;
• indique quais são os modos de disputa admitidos por essa lei e explique o que caracteriza cada um deles.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A lei que estabelece as normas gerais de licitação e contratação é a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), aplicável às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conforme essa lei, o modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente, aberto ou fechado.
Modo de disputa aberto: hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.
Modo de disputa fechado: hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação. Será aceito como complemento, sem prejuízo da nota, o registro de que os dois modos podem ser combinados no mesmo certame, de que a utilização isolada do modo de disputa fechado é vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto e de que a utilização do modo de disputa aberto é vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

Fonte: BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm

CARGO: PSICOPEDAGOGO

QUESTÃO 01

No contexto da atuação do psicopedagogo em uma instituição escolar, considere que um estudante dos anos iniciais apresenta dificuldades persistentes de aprendizagem, acompanhadas de baixo envolvimento nas atividades e manifestações que preocupam a equipe pedagógica.
Tendo por base os fundamentos do diagnóstico e da intervenção psicopedagógica, elabore uma redação utilizando, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, abordando, obrigatoriamente:

• como o profissional deve conduzir o aluno nesse processo;
• a finalidade do diagnóstico, a análise integrada de diferentes fontes de informação, a relação entre diagnóstico e intervenção, o acompanhamento dos resultados e a articulação com a família, a escola e outros profissionais, quando pertinente.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Espera-se que o candidato demonstre compreender o diagnóstico psicopedagógico como um processo investigativo destinado a compreender o modo como o sujeito se relaciona com a aprendizagem e os fatores que podem favorecer ou dificultar esse processo, evitando reduzi-lo à simples identificação ou classificação de uma dificuldade. O diagnóstico deve considerar as potencialidades e dificuldades do estudante, bem como aspectos cognitivos, afetivos, pedagógicos, relacionais e contextuais envolvidos na situação investigada. Para isso, o psicopedagogo deve articular informações provenientes de diferentes procedimentos e fontes, como observações, entrevistas, produções do estudante, informações escolares e familiares e, quando pertinentes, instrumentos e técnicas próprios da Psicopedagogia, evitando conclusões baseadas em um único indicador. A partir da análise integrada desses elementos, devem ser formuladas hipóteses sobre o processo de aprendizagem que fundamentem o planejamento da intervenção, definindo objetivos, estratégias e recursos coerentes com as características do estudante e com as condições em que a aprendizagem ocorre. A intervenção deve ser compreendida como um processo dinâmico, acompanhado sistematicamente, de modo que os resultados observados permitam avaliar a efetividade das estratégias e, quando necessário, revisar as hipóteses e reorientar as ações. O trabalho psicopedagógico também deve considerar a articulação com professores, equipe escolar e família, respeitando os limites de atuação profissional, o sigilo e os princípios éticos. Quando a situação demandar conhecimentos ou procedimentos que ultrapassem o campo específico da Psicopedagogia, o profissional deverá atuar de forma articulada com outros profissionais, favorecendo uma abordagem interdisciplinar da situação de aprendizagem.